TERMINAL DE COMBUSTÍVEL DE PAULÍNIA S.A.

CNPJ/MF nº 28.978.543/0001-05

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras em 31 de março de 2020.A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			(Não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.620	4.079
Contas a receber de clientes	8	994	202
Impostos e contribuições a recuperar	9	842	1.945
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	471	76
Adiantamentos a fornecedores		371	7.352
Outras contas a receber		572	300
Total do ativo circulante		8.870	13.953
Ativo não circulante			
Ativo fiscal diferido	10	283	600
Imobilizado	11	129.965	223
Intangível	12	188	–
Total do ativo não circulante		130.435	823
Total do ativo		139.305	14.777

	Nota	2020	2019
Passivo			(Não auditado)
Passivo circulante			
Fornecedores	13	2.304	748
Empréstimos e financiamentos	14	13.926	–
Obrigações sociais e trabalhistas		489	346
Impostos e contribuições a recolher	16	252	2.012
Adiantamento de clientes	17	–	11.500
Dividendos a pagar		723	–
Outras contas a pagar		857	834
Total do passivo circulante		18.552	15.441
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos.	14	24.000	–
Total do passivo não circulante		24.000	–
Patrimônio líquido			
Capital social		72.641	510
Reserva de capital		21.792	–
Reserva legal		152	–
Reserva de lucro		2.168	–
Lucros/prejuízos acumulados		–	(1.174)
Total do patrimônio líquido	18	96.753	(664)
Total do passivo		42.552	15.441
Total do passivo e patrimônio líquido		139.305	14.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Em 2018 (Não auditado)	10	–	–	–	(1)	9
Integralização de capital	500	–	–	–	–	500
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(1.173)	(1.173)
Em 2019 (Não auditado)	**510**	**–**	**–**	**–**	**(1.174)**	**(664)**
Incorporação da TCE Participações S.A.	72.131	21.792	–	–	–	93.923
Lucro do exercício	–	–	–	–	4.217	4.217
Destinação do lucro:	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	–	152	–	(152)	–
Dividendos a pagar	–	–	–	–	(723)	(723)
Reserva de lucro	–	–	–	2.168	(2.168)	–
Em 2020	**72.641**	**21.792**	**152**	**2.168**	**–**	**96.753**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
			(Não auditado)
Receita de prestação de serviço	19	21.840	3.125
Custo da prestação de serviço	20	(8.880)	(2.357)
Lucro bruto		12.960	768
Despesas administrativas	20	(4.990)	(2.557)
Outras despesas	20	(26)	(5)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		7.944	(1.794)
Receitas financeiras	21	436	22
Despesas financeiras	21	(1.877)	(1)
Resultado financeiro líquido		(1.441)	21
Resultado antes dos impostos		6.503	(1.773)
Imposto de renda e contribuição social corrente	10 a.	(1.969)	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	10 a.	(317)	600
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		4.217	(1.173)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
		(Não auditado)
Lucro/Prejuízo do exercício	4.217	(1.173)
Resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**4.217**	**(1.173)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
		(Não auditado)
Resultado do exercício	4.217	(1.173)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	2.663	–
Impostos diferidos	317	(600)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	1.712	–
Benefícios a empregados	–	346
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) de contas a receber de clientes	(693)	(202)
(Aumento)/Diminuição em adiantamento de clientes	(11.500)	11.500
(Aumento)/Diminuição de impostos e contribuições a recuperar	2.689	(2.021)
(Aumento) em outras contas a receber	(272)	(300)
(Diminuição)/Aumento de fornecedores	(18)	748
(Diminuição) de adiantamento de fornecedores	(17.254)	(7.352)
Aumento de obrigações sociais e trabalhistas	143	–
Aumento de impostos e contribuições a recolher	346	2.012
Aumento em outras contas a pagar	24	834
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(1.681)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.106)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(21.413)**	**3.792**
Aplicação de recursos em imobilizado	(2.487)	(223)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**(2.487)**	**(223)**
Futuro Aumento de Capital	–	500
Caixa adquirido na incorporação	171	–
Empréstimos e financiamentos tomados	30.800	–
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(5.530)	–
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**25.441**	**500**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**1.541**	**4.069**
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa		
No final do exercício	5.620	4.079
No início do exercício	4.079	10
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**1.541**	**4.069**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Companhia, constituída em 09 de junho de 2017, é uma sociedade anônima de capital fechado que possui como atividade preponderante o armazenamento de produtos e mercadorias em geral, em especial etanol, na cidade de Paulínia e participação em outras sociedades civis, comerciais, como sócia, acionista ou quotista. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, destacamos a geração de lucro e caixa durante o exercício findo em 31 de março de 2020, o presente desequilíbrio existente entre os passivos circulantes e os ativos circulantes que totaliza R$ 9.682 em 31 de março de 2020, será equalizado através de rolagens de dívidas e novas captações a serem realizadas no exercício corrente. **Pandemia Covid 19:** A epidemia de Covid-19 trouxe aos mercados em geral (financeiro, de câmbio e de commodities) significativa volatilidade, com impactos diretos de redução de consumo e também um clima de grande incerteza sobre o futuro. Por ter tido início de maneira mais relevante no Brasil, somente na segunda quinzena de Março/2020 (último mês da safra), teve pouco efeito nas operações da Companhia, que continuou operando normalmente. Mesmo assim, uma série de ações foram tomadas de maneira imeditada pela Companhia, para um gerenciamento estruturado do ambiente de negócios neste contexto. Foi constituído um comitê de contingência, além da viabilização do trabalho remoto para 100% dos funcionários administrativos. Os times de operação trabalham de forma a garantir a continuidade das operações, atendendo rigorosas medidas estabelecidas para preservar a saúde e o bem estar de todos. Dentre as quais, merecem destaque: • Afastamento de colaboradores pertencentes ao grupo de risco; • Afastamento de colaboradores com sintomas gripais; • Comunicação reforçada relacionada a ações preventivas e de higiene; • Higienização diária executada por empresa especializada nos ambientes de maior fluxo de movimentação; • Aferição da temperatura corporal de todos os colaboradores e prestadores de serviços na chegada ao Terminal e filtro prévio de sintomas do COVID-19 através da apresentação obrigatória da ferramenta de Cartão Digital para acesso as instalações da Companhia; • Implantação de sistema de rodízio para uso dos vestiários e refeitório, mantendo o distanciamento físico adequado; • Transporte exclusivo para terceiros e colaboradores que dependem de transporte público; • Obrigatoriedade na utilização de máscaras para todos os colaboradores dentro dos terminais e utilização de luvas para os colaboradores faturistas que manuseiam documentação de terceiros, bem como a orientação para a utilização e descarte de máscaras/luvas de forma adequada; • Distribuição de álcool em gel 70% em todas as áreas; e • Campanha de vacinação contra a gripe para todos os colaboradores com opcional para seus dependentes. Reforçando o compromisso com a saúde e o bem-estar dos seus colaboradores, a Companhia realizou as seguintes ações: • Contratação de dois programas para acompanhamento da saúde, Einstein Conecta e Covida. ambos oferecem aos colaboradores e terceiros, um serviço de orientação médica on-line, para sintomas de baixa urgência, disponível 24h por dia, 7 dias por semana; • Contratação do programa de apoio pessoal, fornecido pela Auster em parceiria com a Alelo, oferecendo aos nossos colaboradores, seus dependents e terceiros, apoio psicológico, orientações financeiras e do âmbito jurídico, focando na proteção do capital humano, através do fortalecimento do equilibrio emocional, do clima e da prevenção, visando a sua saúde física e mental; • Excepcionalmente no mês de maio/20, realizamos a antecipação do crédito dos Vale-Alimentação e Vale-Refeição, esta medida permitirá que a ida aos estabelecimentos comercias ocorra de forma mais organizada, evitando a concentração de pessoas nos primeiros dias úteis do mês. A direção da companhia acompanha atentamente a todos os eventos e desdobramentos relacionados ao COVID-19 tomando as medidas necessárias para a apropriada gestão e minimização de potenciais impactos aos negócios.

2. Reorganização societária

a. Incorporação da TCE Participações S.A. pelo Terminal de Combustível de Paulínia S.A.: Em 30 de setembro de 2019, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação reversa da TCE Participações S.A. pelo Terminal de Combustíveis de Paulínia, nos termos do Protocolo e Justificação para Incorporação. Como resultado, a incorporada foi extinta de pleno direito e a incorporadora tornou-se sua sucessora, exercendo as mesmas atividades no logradouro original. Por se tratar de uma incorporação reversa, a operação resultou na troca da participação societária detida pelos acionistas na TCE Participações S.A. por participação societária direta no capital social do Terminal de Combustivel de Paulínia S.A., mantendo-se, para tanto, a mesma proporção por eles detidas no capital social da TCE Participações S.A. O acervo líquido da TCE Participações S.A. foi avaliado em 30 de setembro de 2019 com base no valor contábil de 30 de setembro de 2019, no valor de R$ 93.923 (noventa e três milhões novecentos e vinte e três mil), conforme laudo de avaliação emitido por Companhia independente especializada. Abaixo segue demonstração do efeito no acervo patrimonial do Terminal de Combustíveis de Paulínia S.A.: **Balanço patrimonial apurado por meio de livros contábeis em 30 de setembro de 2019** *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2019	**Passivo**	2019
Ativo circulante		**Passivo circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	171	Empréstimos e financiamentos	9.471
Contas a receber de clientes	100	Adiantamento de clientes	24.606
Impostos e contribuições a recuperar	1.908	**Total do passivo circulante**	34.077
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	74		
Total do ativo circulante	2.252	**Passivo não circulante**	
		Empréstimos e financiamentos	3.153
		Total do passivo não circulante	3.153
		Acervo Líquido	
		Capital social	78.227
		Reserva de capital	23.468
Ativo não circulante		Prejuízos acumulados	(7.771)
Imobilizado	128.902	**Total do acervo líquido**	93.924
Total do ativo não circulante	128.902	**Total do passivo**	37.230
Total do ativo	131.154	**Total do passivo e acervo líquido**	131.154

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - (CFC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 03 de junho de 2020. Após a sua emissão, somente os quotistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas, premissas e julgamentos contábeis significativos são: vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 6.d.iii), dos ativos e passivos fiscais diferidos (Nota Explicativa nº 10) e instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 15). **d. Mensuração do Valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (item 27a.c.) A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicável os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2019. **a. CPC 06(R2) Operações de Arrendamento Mercantil:** *(i) Aspectos gerais:* A Companhia aplicou, a partir de 1º de abril de 2019, o CPC 06(R2), aprovado pela Comissão de Valores 7, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros. O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir: • Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor. • O direto de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. O CPC 06(R2) inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses. *(ii) Transição:* A luz da referida norma contábil, a Companhia não identificou impacto significativo na adoção do CPC 06(R2), portanto, a Companhia não reconheceu em ativos e passivos os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais. **b. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro:** A Companhia adotou a interpretação ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos na sua adoção.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Receita de prestação de serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término do armazenamento. **b. Imposto de renda e contribuição social:** O encargo de imposto sobre a renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Além disso, pode-se efetuar a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(i) Imposto diferido:*** O imposto diferido é calculado sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, bem como sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido na medida que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. ***(ii) Exposições fiscais:*** Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, levando a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação das provisões existentes e, consequentemente, impactar a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas. **c. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias de operação, desmontagem e restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro e o custo de manutenção são contabilizados no resultado do exercício conforme incorrido. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é reconhecida no resultado utilizando-se o método linear em relação às vidas úteis estimadas. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. As taxas médias anuais ponderadas estimadas individuais e consolidadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2019 e 2020
Máquinas e equipamentos	2,86%
Equipamentos de processamento de dados	19,52%
Móveis e utensílios	6,95%
Veículos	8,50%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **d. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou a valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo por meio do resultado (VJR) do investimento em outros resultados abrangentes (VJORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento de um ativo financeiro:*** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ***(iv) Desreconhecimento de um passivo financeiro:*** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **e. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** A Companhia revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que possam ser estimados de uma maneira confiável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. **g. Mudanças nas principais políticas contábeis:** Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financieras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de março de 2019. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23). - IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
		(Não auditado)
Banco - conta movimento	175	237
Aplicações financeiras	5.445	3.841
Total	**5.620**	**4.079**

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados por aproximadamente 101% da variação de Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de março de 2020 (98% em 31 de março de 2019), possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 15.

8. Contas a receber de clientes

	Nota	2020	2019
			(Não auditado)
Contas a receber mercado interno		153	75
Partes relacionadas	**17**	841	127
Total		**994**	**202**

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 15. Os critérios para avaliação das "perdas de crédito esperadas" estão divulgados na Nota Explicativa nº 6 (f). A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A análise do vencimento das contas a receber e financiamentos a clientes é como segue:

	2020	2019
		(Não auditado)
A vencer	567	202
Vencidas:		
Até 30 dias	427	–
De 31 a 90 dias	–	–

9. Impostos e contribuições a recuperar

	2020	2019
		(Não auditado)
COFINS	670	–
PIS	147	–
ICMS	25	1.945
Total impostos e contribuições a recuperar	**842**	**1.945**
IRPJ	361	55
CSLL	110	21
Total imposto de renda e contribuição social a recuperar	**471**	**76**
Total	**1.313**	**2.021**

10. Ativo fiscal diferido

Impostos diferidos de ativos foram atribuídos da seguinte forma:

	2020	2019
		(Não auditado)
Prejuízo Fiscal e base negativa a compensar	283	600
Total	**283**	**600**

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos, uma vez que a administração analisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais despesas. **a. Despesas de imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido foram gerados fundamentalmente em decorrência dos resultados apurado pela Companhia. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
		(Não auditado)
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	6.503	(1.773)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(2.211)	603
Adições Permanentes:		
Remuneração variável	(134)	–
Diferença adicional IRPJ - 10%	30	–
Outras	(5)	(3)
Exclusões Permanentes:		
Deduções do IRPJ - PAT	34	–
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(2.286)**	**600**
Alíquota efetiva	**35%**	**35%**
Impostos correntes	(1.969)	**–**
Impostos diferidos	(317)	600

11. Imobilizado

	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos processamentos de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Bens em construções	Total
Custo ou custo atribuído								
Em 2019 (Não auditado)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**223**	**223**
Adições	–	51	71	25	17	49	3.373	3.586
Transferências (via incorporação reversa)	10.094	38.842	89.560	108	176	28	(67)	138.741
Em 2020	**10.094**	**38.893**	**89.631**	**133**	**193**	**77**	**3.306**	**142.327**
Depreciações								
Em 2019 (Não auditado)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Depreciações do período	–	(424)	(2.190)	(16)	(9)	(7)	–	(2.646)
Transferências (via incorporação reversa)	–	(1.621)	(8.249)	(33)	(29)	(8)	–	(9.941)
Em 2020	**–**	**(2.045)**	**(10.439)**	**(49)**	**(38)**	**(15)**	**–**	**(12.587)**
Valor Contábil								
Saldo 2019 (Não auditado)	**–**	–	**–**	**–**	**–**	**–**	**223**	**223**
Saldo 2020	**10.094**	**36.848**	**79.191**	**84**	**156**	**62**	**3.529**	**129.965**

Em 31 de outubro de 2019, a Companhia incorporou, via transferência, os ativos da TCE Participações S.A., através de sua incorporação reversa. Sendo R$ 139.008 de Custo e R$ (9.941) de depreciações acumuladas. **Garantias:** A Companhia possui parte de suas máquinas e equipamentos cedidas em garantias de operações financeiras no valor de R$ 7.890. **Revisão da vida útil:** A Companhia revisou em 31 de março de 2020 a vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado atual está evidenciada na Nota Explicativa nº 6.c. **Valor recuperável do ativo imobilizado:** A Companhia avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para o exercício findo em 31 de março de 2020 a companhia não identificou indicadores de desvalorização dos ativos.

12. Intangível

	Softwares	Total
Em 2019 (Não auditado)		
Adições	103	103
Transferências	267	267
Em 2020	**370**	**370**
Em 2019 (Não auditado)		
Amortizações do período	(17)	(17)
Transferências	(165)	(165)
Em 2020	**(182)**	**(182)**
Valor Contábil		
Saldo em 2019 (Não auditado)	**–**	**–**
Saldo em 2020	**188**	**188**

Valor recuperável do ativo intangível

A Companhia avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para o exercício findo em 31 de março de 2020 a companhia não identificou indicadores de desvalorização dos ativos intangíveis.

13. Fornecedores

	Nota	2020	2019
			(Não auditado)
Fornecedores no mercado interno		2.086	291
Partes relacionadas	**17**	217	457
Total		**2.304**	**748**

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 15.

14. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 15.

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2020	2019
						(Não auditado)
CCB	R$	Pós-fixado/CDI	6,75%	2024	30.036	–
BNDES-FINAME	R$	Taxa Pré-fixada	2,5%	2021	7.890	–
Total de empréstimos e financiamentos					**37.926**	**–**
Passivo circulante					**13.926**	**–**
Passivo não circulante					**24.000**	**–**

Vencimentos do principal e juros dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2020

Até 6 meses	7.752
Entre 6 meses e 1 ano	6.174
Entre 1 ano e 2 anos	6.000
Entre 2 anos e 5 anos	18.000
Total	**37.926**

A Companhia não possuem cláusulas restritivas (*Covenants* financeiros) em seus contratos de empréstimos e financiamentos vigentes. ***Garantias:*** Garantias são fornecidas na contratação de linhas de financiamentos bancários necessários para manter o equilíbrio de caixa.

As garantias e Modalidade de Financiamentos são as seguintes:

Modalidade de financiamento	Garantia	Vencimento	2020
CCB (em BRL)	Cessão Fiduciária dos contratos de recebíveis	2019 a 2024	30.036
BNDES - FINAME (em BRL)	Alienação Fiduciária dos equipamentos financiados	2019 a 2021	7.890
			37.926

(i) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento:

	Passivo	Ativo	
	Empréstimos e financiamentos	Caixa	Total
Em 01 de abril de 2019 (Não auditado)	**–**	**–**	**–**
Captação	30.800	–	30.800
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(5.530)	–	(5.530)
Caixa oriundo de incorporação reversa	–	171	171
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**25.270**	**171**	**25.441**
Outras variações			
Adição oriunda da incorporação reversa	12.624	–	12.624
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	1.712	–	1.712
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(1.681)	–	(1.681)
Total das outras variações	**12.655**	**–**	**12.655**
Em 31 de março de 2020	**37.926**	**171**	**38.096**

15. Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo: ***Valor justo versus valor contábil:*** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

continua

Ativos financeiros mensurados ao valor justo		Valor contábil 2020	Valor contábil 2019 (Não auditado)	Valor justo 2020 Nível 2	Valor justo 2019 Nível 2
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	5.445	3.841	5.445	3.841
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	Custo amortizado	175	237	–	–
Contas a receber	Custo amortizado	994	202	–	–
Adiantamentos a fornecedores	Custo amortizado	371	7.352	–	–
Outras contas a receber	Custo amortizado	572	300	–	–
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	37.926	–	–	–
Fornecedores	Custo amortizado	2.304	748	–	–
Outras contas a pagar	Custo amortizado	857	834	–	–

(a) a tabela acima fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 2 com base no grau observável do valor justo. As descrições das hierarquias estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3 d. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. **b. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada. ***Risco de crédito:*** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. ***Exposição a riscos de crédito:*** A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	Nota	2020	2019
Banco - Conta movimento		175	237
Aplicações financeiras		5.445	3.841
Contas a receber	7	994	202
Outras contas a receber		572	300

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 ano e 2 anos	Entre 2 anos e 5 anos
Em 2020					
Fornecedores	2.304	2.304	–	–	–
Empréstimos e financiamento	37.926	7.752	6.174	6.000	18.000
Em 2019 (Não auditado)					
Fornecedores	748	748	–	–	–

Instrumentos de taxa fixa: A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. *Instrumentos de taxa variável:* A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados as taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. ***Risco de mercado:*** Devido a remuneração do açúcar no mercado internacional, os produtores adotaram a estratégia de aumentar o mix para o açúcar para conseguirem melhores remunerações no comparativo com o etanol. Já no mercado interno, a alta dos preços do Petróleo faz com que a Petrobrás acompanhe o preço do mercado internacional aumentando o preço da gasolina. Neste necessário diminui a procura por tancagem para o mercado de carrego, já que a produção do etanol está menor. Também faz sentido escoar etanol diretamente pelas Usinas para aproveitar a paridade favorável ao biocombustível. ***Risco de taxa de juros:*** Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI). ***Perfil:*** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Risco	Valor contábil 2020	Valor contábil 2019
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		2.304	748
Empréstimos e financiamentos		7.890	–
Instrumentos de taxa variável			
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	CDI	5.445	3.841
Empréstimos e financiamentos	CDI	30.036	–

Análise de sensibilidade

A Companhia possui R$ 5.445 de aplicações financeiras e R$ 30.036 de empréstimos e financiamentos a CDI. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2020. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do exercício e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/03/2020	Risco	Cenários Provável %	Provável Valor	Redução do Índice em 25% Valor	Redução do Índice em 50% Valor
Ativo Financeiros						
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	5.445	Redução CDI	3%	5.608	5.566	5.524
Passivos Financeiros						
Empréstimos e financiamentos	(30.036)	Redução CDI	4,5%	(31.388)	(31.035)	(30.682)
Resultado financeiro projetado				(25.780)	(25.469)	(25.158)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					311	622

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição 31/03/2020	Risco	Cenários Provável %	Provável Valor	Aumento do Índice em 25% Valor	Aumento do Índice em 50% Valor
Ativo Financeiros						
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	5.445	Aumento CDI	3%	5.608	5.650	5.692
Passivos Financeiros						
Empréstimos e financiamentos	(30.036)	Aumento CDI	4,5%	(31.388)	(31.741)	(32.094)
Resultado financeiro projetado				(25.780)	(26.091)	(26.402)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					(311)	(622)

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. ***Risco operacional:*** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando a mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim a eficácia de custos, evitando procedimentos de controle que não são eficazes. ***Gestão de capital:*** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

16. Impostos e contribuições a recolher

	2020	2019 (Não auditado)
IRPJ	126	27
CSLL	51	3
ISS	29	20
COFINS	16	8
ICMS	7	1.945
PIS	3	9
Total Circulante	**252**	**2.012**

17. Partes relacionadas

Ativo circulante	Nota	2020	2019
Contas a receber (a)			(Não auditado)
BP Biofuels Trading Com. e Exp.		204	–
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo		177	–
Copersucar S.A.		460	127
	8	841	127

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Passivo circulante			
Fornecedor (b)			
Copersucar S.A.		217	138
Copersucar Armazéns Gerais S.A.		–	85
TCE Participações S.A.		–	234
	13	217	457
Adiantamento a clientes (c)			
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo		–	4.500
BP Biofuels Trading, comércio, importação		–	7.000
		–	11.500
Valor da transação no exercício - Venda de serviços			
Copersucar S.A		2.097	772
BP Biofuels Trading, comércio, importação		14.184	1.098
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo		7.751	–
		24.032	1.870

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora e as partes relacionadas do Grupo Copersucar S.A.: • **Valores ativos** - (a) Contas a receber decorrente de armazenamento. • **Valores passivos** - (b) outras contas a pagar. • **Adiantamento a clientes** - (c) Valores decorrentes ao adiantamento a clientes com BP Biofuels Trading, comércio, importação.

Remuneração da Diretoria: Os diretores são pessoas-chave que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos de 31 de março de 2020 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistências médicas, entre outros), contabilizados na rubrica "Despesas com dirigentes". Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2020	2019 (Não auditado)
Remuneração da Diretoria	1.830	1.490

18. Patrimônio líquido

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2019, os acionistas aprovaram a incorporação reversa da TCE Participações S.A, composta pela totalidade de seu Patrimônio líquido, no montante de R$ 93.924, sendo R$ 72.131 destinados à conta de capital social, distribuídos em 33.405.816 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e R$ 21.792 destinados à conta de reserva de capital. O capital social da Companhia, a partir desta data, passou de R$ 510 à R$ 72.641, representado por 33.915.816 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Reserva de lucros:** ***Reserva legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. ***Dividendos:*** O estatuto social da Companhia determina a distribuição limitado a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei.

Proposta de destinação do resultado do exercício de 2020:	
Lucro líquido do exercício	4.216
Prejuízos acumulados	(1.174)
Lucro líquido acumulado	**3.043**
Reserva legal	152
Lucro líquido do exercício ajustado	**2.891**
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%
Dividendos mínimos obrigatório	(723)
Reserva de lucro	**2.168**

19. Receita operacional

Fluxos da receita: A Companhia gera receita principalmente pela prestação de serviços de aluguel, armazenagem e expedição. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2020	2019 (Não auditado)
Receitas brutas fiscal - Prestação de serviço	25.468	3.644
Dedução:		
Impostos sobre serviço	(3.628)	(519)
	21.840	**3.125**

Desagregação da receita de contratos com clientes: Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas por categoria de serviços.

Desagregação por categoria de serviço	2020	2019 (Não auditado)
Armazenagem e expedição	25.462	3.644
Locação de imóvel	6	–
Total receita de serviços	**25.468**	**3.644**

20. Despesas por natureza

	2020	2019 (Não auditado)
Custos com gastos gerais	(4.169)	(1.933)
Custo com depreciação	(2.354)	–
Custo com pessoal	(2.183)	(353)
Custo com materiais	(174)	(71)
Salários e outras remunerações	(2.556)	(1.850)
Imóveis	(1.274)	(706)
Gastos com serviços de terceiros	(1.052)	–
Depreciação e amortização	(108)	–
Outras despesas	(26)	(6)
Total receita de serviços	**(13.896)**	**(4.919)**
Classificado como:		
Custo da prestação de serviço	(8.880)	(2.357)
Despesas administrativas	(4.990)	(2.557)
Outras despesas	(26)	(5)

21. Resultado financeiro líquido

	2020	2019 (Não auditado)
Juros ativos	425	22
Fornecedores	11	–
Receitas financeiras	**436**	**22**
Juros passivos	(1.712)	–
Encargos e multas	(152)	(1)
Outras despesas financeiras	(13)	–
Despesas financeiras	**(1.877)**	**(1)**
Total do resultado financeiro líquido	**(1.441)**	**21**

22. Eventos Subsequentes

Em 06 de maio de 2020 a Companhia realizou a captação de financiamento no valor de R$ 3.500, junto ao Banco Itaú, com a finalidade de assegurar a liquidez da companhia viabilizando a continuidade no investimento da obra de interligação ferroviária "Tercom", com finalização prevista para julho de 2020.

DIRETORIA

André Luiz Santana Leal
Diretor geral

Elzie Cristiane Bonifácio Rosalen
Diretora Superintendente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Roberto Gonçalves Teixeira (Efetivo)
Tomás Caetano Manzano (Efetivo)
Maria Carolina Fratta (Efetivo)
Mario Lindenhayn (Efetivo)
Julio Alvarez Boada (Suplente)
Pedro Augusto Paranhos de Oliveira (Suplente)

CONTADORA

Elzie Cristiane Bonifácio Rosalen
CRC SP322741/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da
Terminal de Combustível de Paulínia S.A.
Paulínia - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Terminal de Combustível de Paulínia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminal de Combustível de Paulínia S.A. em 31 de março de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil**.**

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de março de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Ênfase - Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de vendas da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 03 de junho de 2020

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2